



PRÁTICAS DE ENSINO EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: UM OLHAR A PARTIR DE VIVÊNCIAS EM ESPAÇOS CULTURAIS DA CAPITAL CEARENSE

Thiago Falcão Solon ¹
Antonio Carlos de Sousa ²

RESUMO

Compreender as contribuições de vivências em espaços públicos-culturais de Fortaleza (CE) – museus, praças, parques históricos etc. na formação do pedagogo(a), tomando por base a disciplina de Práticas de Ensino em História e Geografia, é o objetivo deste estudo. Direcionamo-nos, portanto, para alguns espaços culturais existentes na capital cearense (Fortaleza) no intento de percebermos suas contribuições na/para práticas de ensino contextualizadas e que instiguem os estudantes/futuros pedagogos a reflexões acerca da sociedade e dos processos intrinsecamente ligados a ela. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Os resultados e discussões nos sinalizam que proporcionar vivências diversificadas aos pedagogos e às crianças permitem um maior reconhecimento das noções de tempo e de espaço, de contextualização dos conhecimentos e de compreensão de fatos e personagens históricos, para além dos conteúdos tradicionais de História e Geografia. Por fim, as vivências em espaços culturais não são os únicos exemplos de estratégias diversificadas, existindo outras, de modo que devem ser oportunizadas na formação dos pedagogos e nas práticas destes em sala de aula.

Palavras-chave: Práticas de ensino. História. Geografia. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

Este escrito objetiva compreender as contribuições de vivências em espaços culturais de Fortaleza (CE) na formação de pedagogos(as), tomando por base a disciplina de Práticas de Ensino em História e Geografia presente nos cursos de Pedagogia em âmbito nacional. Como desdobramentos, destacaremos como essas vivências podem ser transpostas também para a prática dos pedagogos junto às crianças, nas disciplinas de História e Geografia. Tomamos a realidade de Fortaleza por ser a capital do estado em que vivem os autores deste texto, além de apresentar espaços culturais históricos que trazem importantes contribuições na formação e no exercício docente de futuros pedagogos, formação esta que também se constituiu como a formação inicial dos mesmos autores.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, thiago22falcao@gmail.com;

² Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, adesousa491@gmail.com;



Ao longo dos anos, Nogueira (2014) assinala que o estudo de História e Geografia esteve ligado ao modelo tradicional de educação, vistos quase sempre de maneira fragmentada e compartimentada nas escolas. Na formação dos pedagogos, em que a disciplina de Práticas de Ensino em História e Geografia faz parte da matriz curricular do curso no Brasil, o cenário é semelhante, de modo que os conhecimentos didáticos proporcionados a esses futuros profissionais se resumem à metodologias engessadas e pouco atrativas, reverberando também em suas atuações docentes.

As vivências em espaços culturais, assim, surgem como possibilidade de desenvolver nos estudantes noções que os ajudem a refletirem crítica e politicamente as práticas de ensino em História e Geografia, e o mesmo pode se dizer quando do uso desses espaços junto às crianças, favorecendo uma maior contextualização dos conteúdos e a reconhecerem-se como sujeitos situados no tempo e no espaço (PABIS, 2012).

Contudo, esse outro olhar perante o ensino de História e Geografia, mais dinâmico, contextualizado e significativo, tem sido cada vez mais ameaçado nos dias atuais, em virtude das perversas mudanças na formação inicial de pedagogos e demais professores no Brasil, que visam precarizar e conciliar a formação aos interesses neoliberais (SIMIONATO; HOBOLD, 2020).

Com as novas diretrizes para a formação inicial de professores, as diversas disciplinas, como História e Geografia, cumprem funções específicas dentro de uma ideia de formação que termina por intensificar práticas históricas de enrijecimento curricular e descontextualização dos conteúdos. Mesmo no atual contexto da formação docente no Brasil, a opção por estratégias e metodologias diversificadas, como as vivências em espaços culturais, constitui-se como forma de resistência e de valorização do sentido mais profundo dos conteúdos de História e Geografia na formação dos pedagogos, devendo ser oportunizadas e fomentadas a esses futuros profissionais.

Com base nesses apontamentos iniciais, o estudo parte dos seguintes questionamentos: como as vivências em espaços culturais podem ajudar os futuros pedagogos em suas formações e atuações docentes. Que contribuições as vivências em espaços culturais de Fortaleza podem trazer nas práticas de pedagogos junto às crianças em aulas de História e Geografia. A metodologia utilizada para esse estudo constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica, na abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de materiais já elaborados e que sofreram tratamento analítico, como livros e artigos científicos.

A abordagem qualitativa, por sua vez, é definida por Minayo (2011) como sendo a abordagem que responde a questões educacionais de forma profunda e analítica e que se ocupa, dentro das Ciências Sociais, de um campo da realidade que não pode ser quantificado.

Assim sendo, o texto está estruturado da seguinte forma. Além desta introdução e da metodologia mencionada, destacaremos, na seção seguinte, os aspectos legais e conceituais que fundamentam as práticas de ensino em História e Geografia na formação do pedagogo. Em seguida, serão abordados os espaços culturais de Fortaleza tomados para essa análise, bem como suas descrições e caracterizações. Posteriormente, apontaremos as contribuições desses espaços na formação dos pedagogos e como favorecem o processo de ensino e de aprendizagem de crianças quando da utilização também desses espaços nas disciplinas de História e Geografia. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

O ensino de História e Geografia na formação do Pedagogo: aspectos legais e conceituais

As disciplinas de Práticas de Ensino em História e Geografia fazem parte do conjunto de disciplinas obrigatórias e de natureza teórico-prática do curso de Pedagogia, embora intitulada de maneiras distintas. A finalidade desses componentes curriculares, na graduação em análise, é articular o ensino à metodologia específica dos diferentes níveis de atuação profissional. As atividades propostas para o ensino dessas disciplinas devem ter como foco “oferecer instrumentos para a compreensão da vida humana e conseqüentemente formação de personalidades democráticas, essenciais ao exercício da cidadania” (NOGUEIRA, 2014, p. 1131).

A referência aos estudos de História e Geografia na formação em Pedagogia, ocorre em virtude das atribuições desse profissional na Educação Básica, atuando na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1996). Portanto, as disciplinas referentes a essas etapas de ensino, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, passam a ser conhecimentos obrigatórios aos futuros pedagogos, no sentido de situar e enriquecer as práticas de ensino em suas atuações docentes com as crianças.

Do ponto de vista da Educação Básica, as disciplinas de História e Geografia já eram reiteradas desde muitos anos pelas legislações e documentos educacionais brasileiros. De acordo com as indicações versadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino fundamental, as disciplinas de História e Geografia têm como um dos objetivos desenvolver a

“compreensão da cidadania como participação social e política, como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de



solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”. (BRASIL, 1997).

Dessa forma, entendemos que os conhecimentos de história e geografia devem servir como instrumentos de compreensão da realidade, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, o compromisso social, político e cultural demandado pelas disciplinas de História e Geografia, leva o pedagogo em formação inicial ao compreender os aspectos que envolvem essas áreas do conhecimento, a fim de proporcionar às crianças a constituírem-se como cidadãos e reconhecerem-se em sua história, tempo, espaço, cultura e formação político-social.

Busca, pois, que essas disciplinas, na formação de pedagogos e pedagogas, tenham por objetivo desenvolver reflexões acerca do processo de ensino e aprendizagem destas áreas do conhecimento. Todavia, percebe-se que estas áreas não são estanques, isoladas, mas sim dinâmicas e que esse dinamismo deve ser levado em consideração.

As diversas estratégias e metodologias utilizadas nesse processo formativo, como visitas a espaços culturais, permite aos futuros pedagogos a refletirem o seu próprio papel social como sujeitos, de forma prática, ao mesmo tempo que contribuem para enriquecer as práticas de ensino desses profissionais em formação no exercício futuro da docência na Educação Básica. A seguir, citaremos alguns exemplos de espaços culturais presentes na capital cearense – Fortaleza – que podem ser utilizados na formação do pedagogo e ainda em sua prática docente.

Alguns espaços culturais de Fortaleza: descrição e caracterização

Indubitável é o fato de que todo e qualquer ambiente-real-concreto figura – ou pode figurar - em um espaço de aprendizagem. Ao longo dos anos e com estudos investigativos mais consistentes e progressistas acerca do que é a aprendizagem e como ela se concretiza, a aceção de que o ensino e aprendizagem são processos que ganham formas unicamente nos espaços escolares, especialmente, nas salas de aulas, tornou-se obsoleta. Cumpre-nos lembrar que ensinar “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades [ambientes e espaços propícios a reflexão] para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47. *Grifo nosso*).

Em face ao exposto, entendemos que a (re)produção do conhecimento implica elementos instigantes que agucem a criatividade e motivação. Nesse contexto, a criatividade, no processo de aprendizagem, pode ser definida como um “potencial humano para gerar ideias novas, tendo um caráter direcionado, intencional e transformador (NUNES; SILVEIRA, 2008,

p. 143). A motiva, por sua vez, implica inter-relações dos elementos cognitivos e afetivos no desenvolvimento humano. Entendemos, pois, que para se chegar ao conhecimento, docentes e discentes, necessitam de “estímulos” que instiguem a curiosidade e, por conseguinte, a busca, a procura.

Os professores e professoras, dessa forma, devem, além de obter conteúdos programáticos para o desenvolver de suas aulas, buscar didáticas que cansem e despertem seus ouvintes, levando em consideração que esse cansaço deve ser ocasionado pela tentativa de acompanhar o raciocínio e não pelo desinteresse de conteúdo (FREIRE, 2003).

Assim sendo, os espaços culturais, como espaços de aprendizagens, podem e devem ser também constituintes do processo de ensino e aprendizagem das ciências humanas, como história e geografia, como possibilidades didáticas para as práticas de ensino na formação do pedagogo. Por isso, descrevemos nos parágrafos a seguir alguns dos pontos culturais de Fortaleza (CE) que surgem como fontes de vivências pelos discentes e de práticas de ensino para os docentes desses componentes curriculares.

Museu do Ceará: O Museu do Ceará foi a primeira instituição museológica oficial do Estado. Embora criada no ano de 1932, por meio de um decreto, suas portas foram abertas ao público apenas em janeiro do ano seguinte, com a denominação de Museu Histórico do Ceará. De acordo com o *site* oficial da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará (SECULT), a princípio, o referido Museu foi concebido como uma das dependências do Arquivo Público, localizada na rua 24 de maio, no centro da capital.

Atualmente, a instituição encontra-se em um imóvel de significativo valor histórico, denominado Palacete Senador Alencar, idealizado originalmente para ser a Assembleia Provincial do Ceará, na época do Brasil-império. Suas obras se iniciaram no ano de 1856 e foram concluídas em 1871, sendo tombado como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IFAN em 28/02/1973.

A visita ao museu do Ceará revela-nos um pouco das características que se arraigaram na cultura regional e no processo de estruturação da cidade de Fortaleza, em especial. O museu é constituído de sete salas com diversas imagens, quadros e peças que, ao longo do espaço, demonstram todo o percurso histórico do Ceará, desde a colonização até os dias de hoje.

As imagens e as peças existentes nele correspondem à instrumentos que eram utilizados em determinada época, como as urnas para colocar os mortos nas tribos indígenas. Além disso, também retratam algumas das personalidades que fizeram parte da história regional, como Francisco José do Nascimento, mais conhecido como Dragão do Mar e um dos símbolos do combate ao tráfico negreiro no Ceará.



Praça dos leões: No que diz respeito as praças do centro de Fortaleza, vemos que todas elas possuem uma importância no processo histórico e geográfico local, bem como características próprias de um tempo vivido. A Praça General Tibúrcio, ou Praça dos leões como é conhecida, por exemplo, apresenta uma série de peculiaridades: antes de sua fundação, digamos assim, no espaço onde hoje a praça é situada, havia um largo areal em frente ao Palácio do Governo e a Igreja do Rosário. No dia 02 de fevereiro de 1887, uma resolução da Câmara dá ao largo o nome de Praça General Tibúrcio, numa homenagem ao general cearense, que havia participado da Guerra do Paraguai.

Além de dar nome ao logradouro, o general Tibúrcio teve erigida na praça uma estátua, sendo esta a primeira da capital. Outro detalhe bastante representativo são os vasos de origem francesa que foram colocados para embelezar a praça e o panteão. No caso específico deste último, ele servia como um espaço onde foi colocado o corpo de general Tibúrcio. a praça também conta com uma estátua, em tamanho natural, da escritora Rachel de Queiroz sentada em um dos bancos da praça.

Praça do Ferreira: considerada uma das principais da cidade de Fortaleza, sua arquitetura também revela características marcantes. Uma delas é o relógio no centro da praça, indicando que a sociedade da época deveria se disciplinar e realizar as suas atividades no horário correto. Destaca-se ainda os vários comércios que existem em seu em torno, as três farmácias, os hotéis, os primeiros bondes e a antiga sede do governo do estado, localizada próxima à praça.

Como já foi dito, Fortaleza vivia um intenso crescimento econômico e populacional na época, o que exigia da sociedade local uma postura em consonância com tal realidade e um suporte, em diversos segmentos, que atendesse as necessidades do povo. O relógio, em especial, é um bom exemplo de que o tempo e o espaço, antes vividos de uma forma livre, agora, precisavam estar de acordo com as novas regras sociais, tanto no melhor aproveitamento do tempo como na ocupação correta dos espaços da cidade. A praça ora em descrição, recebeu esse nome em 1871, em uma homenagem ao Boticário Ferreira, responsável pela reforma e urbanização do local, enquanto ocupante do cargo de presidente da Câmara Municipal.

Passeio público- Praça dos Mártires: Por fim, ao tomarmos a praça conhecida como o passeio público, identificamos toda uma riqueza de características e especificidades, inclusive de caráter social. Tal aspecto se faz notório pois na época, as classes sociais que abarcavam tanto as pessoas mais ricas como as de menor poder aquisitivo, participavam e frequentavam ativamente a praça, mas de forma segregada. O passeio público, também era um espaço que funcionava como lugar de prática de exercícios físicos por parte dos soldados, já que era próximo ao quartel da polícia militar.



Uma outra peculiaridade dessa praça são as grades existentes em seu entorno, com o objetivo de garantir uma maior segurança às pessoas e a preservação do espaço. De todas as praças de Fortaleza, o passeio público é a única considerada um patrimônio histórico local, inclusive, sendo tombada pelo IFAN, responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros.

A descrição de alguns dos espaços culturais existentes em Fortaleza, no Ceará, fez-se imprescindível, considerando que, com isso, podemos situar/contextualizar o/a leitor/a desse trabalho de onde quer que ele/a esteja/seja em se tratando da localização geográfica. Nosso intuito, portanto, foi “romper” fronteira para que, assim, pudéssemos partir para as reflexões acerca dos contributos desses espaços para as práticas de ensino de algumas temáticas dos componentes curriculares história e geografia, na formação do pedagogo.

Os espaços culturais e as práticas de ensino em história e geografia: aplicabilidades e contribuições para a formação do pedagogo

A despeito de algumas práticas de ensino efetivamente inovadoras, progressistas e, sobretudo, (auto)reflexivas, é nítida a persistência na propagação de práticas e posturas tradicionais, conservadoras e acríticas, principalmente na atual conjuntura social, cujo “poder/governo” encontra-se entregue à extrema direita, de orientação neoliberal. Nossa pretensão, no âmbito educacional, não é a busca pelo utópico, pelo contrário, acreditamos que o “tradicionalismo” caminhará sempre conosco.

Todavia, acreditamos, ainda, que ele [o tradicionalismo], diante de inúmeras e distintas pesquisas sobre didática e/ou práticas docentes, além das demandas sociais mais contemporâneas, não deve ocupar o lugar de destaque nos processos de ensino e aprendizagem haja vista que acabam por desestimular os educandos em seus processos formativos. Pensando nisso, cremos que os espaços culturais de Fortaleza, como já mencionado anteriormente, deve compor alternativas de ambientes de múltiplas reflexões e aprendizagens, apresentando-se como possibilidades didáticas para a formação do futuro pedagogo, sobremaneira, quanto às práticas de ensino em história e geografia e suas reverberações na atuação com as crianças.

Nessa linha de raciocínio, pontuamos o fato de que no estudo da Geografia encontramos a compreensão do/a mundo/sociedade no/a qual estamos inseridos, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas (re)construídas nos distintos grupos e comunidade sociais existentes nas diversas regiões do planeta. Paralelo a isso, a educação geográfica “contribui para a formação do conceito de identidade”, expresso de diferentes

formas: “[...] nas relações com os lugares vividos, nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças” (BRASIL, 2018, p. 359).

Em se tratando dos estudos no componente história, tem-se o objetivo de desenvolver nas crianças a percepção da “multiplicidade temporal da História, em termos de ritmos de mudanças - mais rápidas ou mais lentas -, e que explicariam certas condições aparentes da sociedade atual” (NEVES, 1985, p. 17). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino e a aprendizagem de História voltam-se, inicialmente, às atividades nas quais são possibilitados aos estudantes a compreensão das semelhanças e das diferenças, “as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas”. (BRASIL, 2000, p. 49).

Nesse contexto, os estudos de História e Geografia “foram contemplados no Currículo da Educação Básica devido à importância que assumem na formação da cidadania” (PABIS, 2012, p. 32). Em se tratando da formação do estudante de Pedagogia, o contato com alguns significativos espaços da história do Ceará, como o Museu do Ceará e as praças supramencionadas, permite a esses sujeitos a diversidade de elementos a serem explorados em suas práticas de ensino em História e Geografia, dada a riqueza que esses espaços podem vir a ser no desenvolvimento das noções de tempo e espaço da criança. Esse contato, no que se refere aos estudantes, é relevante “[...] para que possam se desenvolver conscientes de seu meio geográfico-histórico e com recursos de conhecimento que lhes possibilitem ser reflexivos e criativos em relação ao seu meio e à sua vida” (PENTEADO, 2010, p. 231).

Durante o trabalho pedagógico, o professor, como mediador da criança em seu processo de aprendizagem, deve trabalhar esses lugares de modo que venham a contribuir na formação histórica e geográfica do aluno, principalmente quando assimilados criticamente e não como situações indiferentes a eles. As ideias de tempo e espaço, precisam ser construídas ativamente pela criança, de preferência, tendo ambas como as circunstâncias que tornam o indivíduo um protagonista do percurso histórico, mantendo o que lhe é necessário e promovendo mudanças favoráveis à sua existência no mundo.

Especificamente acerca da abordagem do Museu do Ceará nas práticas de ensino de História e Geografia, é interessante que o pedagogo auxilie as crianças na constituição de suas identidades enquanto sujeitos históricos, fazendo-as despertar a percepção de que elas fazem parte desse processo enquanto resultado de diversos eventos ocorridos ao longo da história do Ceará. Embora não tenham participado da confederação do equador, a título de exemplo, a



criança poderá chegar à conclusão de que, se não fosse por Pessoa Anta e Padre Mororó lutarem por uma causa que lhes eram pertinentes, as transformações que tiveram como produto o momento atual do Brasil e do Ceará, possivelmente, não teriam ocorrido e todos estariam vivenciando uma outra realidade.

Para o ensino de história e geografia, tanto na educação infantil como nos anos iniciais do ensino fundamental, o museu do Ceará representa uma grande oportunidade na formação do pedagogo, na medida em que ele pode proporcionar às crianças conhecerem os costumes das tribos indígenas locais, por exemplo, e serem incentivadas, principalmente pelo professor, a refletirem criticamente as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo e de que este, inevitavelmente, se comporta de uma forma bastante dinâmica. Outro benefício significativo seria a construção, por parte da criança, de uma memória histórica em relação aos espaços públicos constituinte de sua terra natal, o que é fundamental para documentar os fatos e não se perder de vista as origens dos indivíduos.

Dessa forma, vê-se quão decisivo é o desenvolvimento de uma consciência histórica por parte da criança acerca da abolição da escravatura, o período imperial, as repúblicas velha e nova, ou seja, os acontecimentos que deram continuidade ao processo histórico do Ceará e sua relação com o Brasil.

Desde a educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, os alunos já vivenciam ativamente nas aulas de história e geografia, todos os eventos que marcaram as transformações no tempo e no espaço, bem como os responsáveis por tais mudanças. Os representantes principais dessa construção histórica, nas aulas inerentes aos componentes em tela, devem ter um lugar de destaque, no intento de provocar nas crianças uma sensação de representatividade junto a todo esse processo, o que serviria para elas como líderes, inspirações para também tornarem-se capazes de construir o espaço de que são pertencentes.

Ainda sobre o Museu do Ceará, esse espaço subsidia o conhecimento acerca do patrimônio histórico do estado, especialmente, saberes histórico-culturais como o Boi Ioiô. É salutar destacar que esse personagem é marcado, dentre outras questões, por uma forma de crítica a corrupção da época. Em alusão à “preferência” de um “boi” como representante do povo, esse mesmo personagem folclórico foi “eleito” vereador em um dado momento. Percebe-se, portanto, que a construção das noções de tempo e espaço das crianças, devem ser possibilitadas a elas de uma maneira lúdica e reflexiva. Dessa forma, elas serão movidas a descobrirem a relevância do patrimônio histórico no registro das ações, humanas ou naturais, que participaram das relações de poder em determinados períodos, repercutindo ainda hoje, mesmo num outro momento histórico.

É possível, ainda, trabalhar com as crianças, a partir de todo o espaço do museu do Ceará, a percepção de que a história é um processo dinâmico e não estático, apesar da distância entre as datas e a quantidade de anos. As crianças, assim, verão que a construção histórica ocorre por meio de variações ao longo do tempo, problematizações em relação ao que está posto e a apropriação crítica dos fatos, todas essas propriedades devendo ser despertadas pelo professor nas aulas de história e geografia e no processo pedagógico em sua totalidade.

Nesse sentido, as noções de tempo e espaço parecem sinalizar uma época na qual a sociedade cearense vivenciou e se organizou para atender determinadas necessidades, sobretudo econômicas. Fortaleza, em especial, crescia financeiramente e recebia influências diversas no modelo de sociedade, como o modelo francês.

Nas aulas de história e geografia, geralmente, não são valorizadas as características sociais que servem como base para as relações de tempo e espaço nos dias de hoje. Nossa proposta é que, ao proporcionar uma visita a praça dos leões, por exemplo, às crianças, procuraria enfatizar a influência da cultura francesa para a organização do espaço de Fortaleza e que deixou uma herança, mesmo desconhecida por muitas pessoas.

Os vasos existentes na praça simbolizam todo esse momento histórico, cujo modelo francês de organização social foi implantado num espaço com características bastante diferentes e contexto próprio. Essa percepção, dentre outras, é essencial na construção do conhecimento da criança sobre as transformações históricas no modo de pensar a sociedade e no espaço em si, já que proporciona a elas o entendimento de como se deu a formação da cultura cearense ao longo do tempo.

Acerca da Praça do Ferreira, podemos, nas práticas de ensino, dar ênfase ao tempo e ao espaço numa perspectiva disciplinar, ou seja, de que mesmo não podendo serem totalmente controlados, a sociedade de Fortaleza teve que obedecer a um novo padrão de vida na época. É importante desenvolver nas crianças a noção de que o tempo, representava todo o conjunto de atividades e ações que compunham a rotina das pessoas e devido as razões citadas, precisava ser metrificado e seguido à risca.

O espaço, por sua vez, era densamente ocupado, não só pelas pessoas, mas por diversos estabelecimentos públicos e comerciais, o que também exigia um certo controle para não tornar o centro de Fortaleza um espaço de desordem, em todos os sentidos. Por outro lado, as crianças também irão entender que ambas as noções, se desenvolvem independente de regras externas, não podendo ser totalmente contidas tendo em vista a dinâmica natural de seus sistemas lógicos.

Ao que concerne à Praça do Passeio público, essa, como um espaço que superou toda a imensidão do tempo, isto é, que não se destruiu com o decorrer de tantos anos e eventos poderia

ser abordada como uma síntese histórica de momentos vividos pela cidade de Fortaleza, com seus costume e hábitos de vida.

A noção de tempo, por exemplo, pode ser bem visualizada pela criança através de toda a historicidade do passeio público, desde as suas características, funções e por se configurar com um bem que representa grande parte da história de Fortaleza. Já a noção de espaço, pode ser observada pela criança no âmbito do passeio público, como um aspecto multifuncional para a época, já que servia de lazer para as pessoas, independente da condição social, e de atividades físicas. Mesmo não possuindo as mesmas características de outrora, essa praça continua funcionando nos dias de hoje como um importante espaço de Fortaleza, sendo frequentes visitas e utilização como lugar de estudo da história local

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui empreendido levou a evidenciar as importantes contribuições de espaços culturais, tanto na formação de pedagogos como nas aulas de História e Geografia ministradas por esses professores junto às crianças. Percebeu-se que proporcionar metodologias e estratégias diversificadas oportunizam a todos o um maior reconhecimento das noções de tempo e de espaço, de contextualização dos conhecimentos e para a compreensão prática de fatos e personagens históricos, para além dos conteúdos tradicionais de História e Geografia. Cumpre ressaltar que a vivência em espaços culturais é apenas uma possibilidade de estratégias diversificadas, existindo outras, de modo que devem ser oportunizadas na formação dos pedagogos e nas práticas destes em sala de aula.

Por fim, ressalta-se que a promoção de vivências significativas e contextualizadas aos futuros pedagogos permite a estes estudantes efetivar o papel social e cultural contido nas disciplinas de História e Geografia, reverberando por sua vez na consciência das crianças. O estímulo dessas vivências é também uma atitude política dentro de um contexto adverso na formação de professores no Brasil, objetivando reduzir essas oportunidades para garantir a transmissão formatada dos conteúdos. É preciso fomentar cada vez mais essas situações de formação, que tanto contribuem para uma ressignificação social e histórica de pedagogos e das crianças.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 166 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30° ed. Petrópolis. Vozes. 2011.

NEVES, M. A. M. **Ensinando e aprendendo história**. São Paulo:EPU,1985.

NOGUEIRA, C. De S. **Reflexões sobre o conteúdo e a prática de ensino de história e geografia**: contribuições para a formação inicial docente. II Congresso Nacional de Formação de Professores. 2014.

PABIS, N. A. **O Ensino de História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Unicentro-Paraná, 2012.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMIONATO, Margareth Fadaanelli; HOBOLD, Márcia de Souza. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores**: padronizar para controlar. Revista Praxis educacional: v. 17, N. 46, p. 1-17. 2021